

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ceila Mendonça Milhomem¹, Dra. Quésia Postigo Kamimura²

¹ Mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional – MGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil – ceilamm@yahoo.com.br

² Orientador - Professora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - MGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 - Taubaté/SP - Brasil – qkamimura@gmail.com

Resumo- O presente artigo tem por objetivo identificar instrumentos de políticas públicas que podem ser utilizados no desenvolvimento municipal sustentável. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, exploratória e pesquisa bibliográfica com embasamento teórico através de livros, artigos, dissertações e teses. Para melhor compreensão e avaliação sobre o tema, foram abordados diversos instrumentos utilizados na administração pública com intuito de efetivar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Administração Pública. Gestão Pública Sustentável.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

A administração pública baseia-se nas relações e articulações políticas aplicadas em benefício da sociedade e através das maneiras que se relaciona com seus cidadãos, orientada para o atendimento às necessidades da sociedade.

Para atender estas necessidades é necessário que haja um planejamento, para que haja um desenvolvimento econômico local baseado na sustentabilidade. Repensar a gestão, o planejamento e a governabilidade urbana é uma tarefa difícil, porém necessária para a sobrevivência das gerações futuras.

O objetivo deste artigo é identificar instrumentos de políticas públicas que podem ser utilizados no desenvolvimento municipal sustentável.

A pesquisa baseou-se em bibliografias de autores que tratam sobre o tema de administração pública sustentável.

A relevância do tema abordado se baseia na importância da administração pública buscar instrumentos que sejam relevantes no planejamento de uma gestão participativa e pautada no desenvolvimento sustentável.

As informações apresentadas neste artigo estão estruturadas da seguinte forma.

Primeiro a Introdução, onde estão descritos os objetivos principais, a relevância da pesquisa, como também a estrutura do desenvolvimento do artigo.

Em seguida tem-se o Referencial Teórico onde são tratadas várias questões sobre administração pública, gestão pública sustentável, desenvolvimento sustentável, e ainda alguns conceitos relevantes à pesquisa.

A terceira parte trata da Metodologia da Pesquisa, onde está descrito o tipo de pesquisa quanto à abordagem, aos objetivos e ao delineamento utilizados.

Em quarto lugar, Considerações Finais, tem-se bases de uma administração pública voltada para o desenvolvimento sustentável, com intuito de orientar para novas estratégias de administração pública.

E por fim, a Bibliografia consultada que deu embasamento para a elaboração da pesquisa.

Metodologia

A metodologia adotada para pesquisa foi de abordagem qualitativa, onde o pesquisador busca profunda compreensão do contexto da situação.

Quanto aos objetivos, exploratória, por buscar maiores informações sobre determinado assunto, permitindo um estudo mais aprofundado.

Quanto ao delineamento classifica-se como bibliográfica, através de pesquisas publicadas em livros, artigos, dissertações e teses.

Resultados

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública tem por finalidade a execução de obras e serviços realizados pelo governo, com intuito de atender as necessidades da sociedade.

A forma mais adequada de gestão municipal consciente e comprometida é trabalhar “de forma planejada, com visão futura quando, então, outras gerações não sofrerão as consequências da política eleitoreira e profilática, que as ‘administrações políticas’ adotam há muito tempo em nossas cidades, estados e País” (PEREIRA, 2003, apud MENDONÇA 2006).

A administração pública baseia-se nas relações e articulações políticas aplicadas em benefício da sociedade e através das maneiras que se relaciona com seus cidadãos, orientada para o atendimento às necessidades da sociedade.

GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública municipal tem enfrentado desafios na promoção de um desenvolvimento econômico local baseado na sustentabilidade. Um dos principais é o de buscar novos modelos de políticas públicas urbanas que combinem o esforço de crescimento econômico com ações equilibradas para obtenção de condições dignas de vida para as populações, com redução nas taxas de degradação do meio ambiente. Repensar a gestão, o planejamento e a governabilidade urbana a partir de um considerável contingente de limitações não é uma tarefa das mais fáceis, entretanto precisa ser imediatamente assumida. Como possível solução para o enfrentamento

dessas questões encontra-se a priorização na elaboração de instrumentos que viabilizem, na prática, as ações públicas para o desenvolvimento sustentável. (ORTH, ROSSETTO e ROSSETTO, 2006).

É necessário o fortalecimento dos processos de gestão dos municípios, para que possa resgatar e manter a qualidade do ambiente urbano das cidades e de seus habitantes, permitindo seu desenvolvimento e preservando suas condições de sustentabilidade.

Um município é considerado mais ou menos sustentável à medida que é capaz de manter ou melhorar a saúde de seu sistema ambiental, diminuir a degradação e o impacto antrópico, reduzir a desigualdade social e prover os habitantes de condições básicas de vida, de um ambiente construído saudável e seguro, e ainda estabelecer pactos políticos que permitam enfrentar desafios presentes e futuros (BRAGA, et al., 2004).

Outro item importante para considerar o município sustentável, é que além de oferecer a seus habitantes condições ambientais equilibradas, é necessário que o faça sem agredir outras regiões próximas ou distantes. Além de preocupar-se com a sustentabilidade local, deve também estar atento a região, constituída pelas relações com o entorno, e na escala global, constituída pelos impactos sobre questões globais como efeito estufa e por questões relativas aos impactos agregados sobre o planeta.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Ferreira (2009, p. 17), “Desenvolvimento Sustentável implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras”.

Os conceitos e as exigências do desenvolvimento sustentável devem ser considerados no presente e não pode comprometer as gerações futuras. O desenvolvimento não pode mais ser adquirido a qualquer preço, ele deve possuir estratégias que visem promover a harmonia entre os seres humanos e a natureza.

O desenvolvimento sustentável busca conciliar o crescimento econômico respeitando o equilíbrio do ambiente natural, e só será possível

através da afirmação da cidadania e da participação popular.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário promover ações que contribuam para criar condições de sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social, espacial, cultural, tecnológica e política.

GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL

O homem é o responsável em manter a sustentabilidade do planeta para sua própria preservação. É dele que depende sobreviver sem destruir o ambiente onde vive, e para que isso aconteça é necessário encontrar melhores formas de trabalhar com qualidade de vida e desenvolvimento econômico ao mesmo tempo. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é necessário que o desenvolvimento econômico ocorra com a conservação dos recursos naturais e melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Na tentativa de colocar em prática um desenvolvimento sustentado o gestor público municipal deve buscar medidas que provoquem mudanças nos valores atuais da sociedade, e buscar introduzir no sistema operacional de sua administração técnicas que utilizem racionalmente os recursos naturais e evitem a poluição.

É comum o crescimento acelerado das cidades ser confundido com desenvolvimento e, no entanto, paralelamente aos benefícios, estes crescimentos têm trazido impactos negativos para a qualidade de vida de seus habitantes e para as condições ambientais do planeta.

Embora os objetivos comuns e desejados para todos os assentamentos humanos sejam os de fornecer habitação adequada, infra-estrutura compatível (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, manejo adequado dos resíduos, sistemas sustentáveis de energia e transporte), condições de conforto e salubridade, espaços de usos públicos com qualidade, oportunidades de crescimento social e econômico para toda população, o quadro apresentado pela rede urbana brasileira é outro (ROSSETO, 2003).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Uma das mais novas técnicas trazidas do setor privado para o setor público é o Planejamento Estratégico.

Planejamento é um processo que busca equilíbrio, uma reflexão na decisão das ações.

O Planejamento Estratégico é um instrumento necessário na tomada de decisões e das ações capazes de determinar os caminhos a serem seguidos para alcançar um determinado objetivo. É um processo que tende a sensibilizar, mobilizar, envolver e comprometer os envolvidos na construção de seu futuro.

Define-se o Planejamento Estratégico como um instrumento de gerenciamento com objetivo de tornar o trabalho de uma organização mais eficiente, tendo, basicamente, dois propósitos: concentrar e direcionar as forças existentes em uma organização para um mesmo rumo e procurar analisar o entorno da organização para adaptá-la a esse meio, objetivando atuar adequadamente aos desafios que sejam encontrados durante a operacionalização desse sistema, programado previamente com o objetivo de serem realizados em longo prazo, visando estabelecer a direção a ser seguida para se alcançar o sucesso (PFEIFFER, 2000; OLIVEIRA, 2001 apud ROSA, 2005).

O planejamento estratégico municipal pode ser visto como um instrumento de políticas públicas de grande valor para o desenvolvimento local e regional.

Planejamento Participativo

Planejamento participativo é um processo permanente, que deve ser elaborado com a participação da comunidade. Nele está incluído o que são as prioridades, o estabelecimento de metas e objetivos e a definição das estratégias e ações, para o processo de um desenvolvimento sustentável.

O modelo participativo baseia-se em práticas voltadas para resultados, participação e envolvimento para contribuir com a possibilidade de construir uma melhoria global. A democracia é a filosofia política pela qual os brasileiros e diversos outros povos do mundo decidiram se governar. Nela se definem regras através das quais tomam-se decisões sobre como um grupo de pessoas que dividem o mesmo território, devem viver juntas (BOFF, 1993; SOUZA, 1996; SOUZA, 1997 apud ROSA, 2005).

O processo de participação dá oportunidades aos cidadãos para participarem da vida pública. Ao envolver os moradores e outros setores da sociedade organizada em parcerias para lidar com os desafios básicos do desenvolvimento tais como, moradia, desemprego, lixo, água e poluição, pode-se mobilizar novos recursos para a solução destes problemas e criar uma cultura mais participativa, transparente e responsável (BORDENAVE, 1995 apud ROSA, 2005).

O que acontece de bom ou ruim na sociedade, muitas vezes, são resultados de ações, ou falta delas, que nós mesmos criamos, logo, somos capazes de produzir as transformações necessárias objetivando melhorias futuras. Através da participação de toda a sociedade na organização de seus interesses, ela se tornará uma sociedade produtiva e democrática, com direito de participar na construção do seu próprio futuro.

Conclusão

A gestão democrática é de suma importância para implementação de políticas públicas sustentáveis, sendo que o Estatuto da Cidade é o instrumento democrático de maior influência, pois aponta diretrizes básicas para uma planificação urbana estruturada e ainda, tem-se o Plano Diretor que vem para efetivar a participação popular e gestão democrática na elaboração de políticas públicas adequadas. Através da análise desses instrumentos, baseado na gestão democrática com participação da comunidade, na elaboração de políticas públicas adequadas, demonstra que a reestruturação espacial das cidades assim como a conscientização ambiental da população mediante a participação democrática, são essenciais para a busca do desenvolvimento urbano sustentável.

O planejamento participativo é uma das ferramentas fundamentais para o desenvolvimento. Uma gestão sustentável deve ser planejada com a perspectiva de um futuro mais longo e com menos impacto ao meio ambiente como forma de assegurar recursos para o desenvolvimento presente e futuro, e proporcionar uma melhor qualidade de vida para a sociedade.

Ainda de suma importância para o desenvolvimento sustentável é o combate a pobreza, a desigualdade social, a degradação

ambiental, e a utilização de padrões inadequados de consumo e produção, estes também devem focar ações planejadas e interdependentes com o propósito de reinventar uma nova sociedade, mais justa, inclusiva e solidária.

Outra política a ser adotada é a participação da sociedade civil nas discussões deliberativas, podendo sugerir alternativas, pois conhece os problemas locais, sendo também uma estratégia de fortalecimento da gestão e de enriquecimento de alternativas para superação das condições sociais impostas pela pobreza e por um meio ambiente degradado.

Esse é o papel da administração pública orientada para o desenvolvimento sustentável.

Referências

BRAGA, Tania Moreira; FREITAS, Ana Paula Gonçalves de; DUARTE, Gabriela de Souza; SOUSA, Júlio Carepa. **Índices de Sustentabilidade Municipal: O Desafio de Mensurar.** Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n3/140301.pdf>. Acesso em: 05 de Março de 2011.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o desenvolvimento sustentável** – inclui Certificados de Carbono. 2. Ed. São Paulo. Atlas, 2009.

JACOBI, Pedro. **Dilemas Socioambientais na Gestão Metropolitana: Do Risco à Busca da Sustentabilidade Urbana.** Disponível em: http://www.ufmt.br/gpea/pub/pol_trav_jacovi_dilemas.pdf. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2011.

LAGE, Allene Carvalho. **Administração Pública Orientada para o Desenvolvimento Sustentável.** Um estudo de caso: Os ventos das mudanças no Ceará também geram energia. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/3547>. Acesso em: 02 de Março de 2011.

MENDONÇA, Gilson Martins. **Função Social da Cidade e da Propriedade: Um Novo Paradigma para a Gestão Urbana. Breves Comentários sobre sua Base Legal.** Disponível em:

XVINIC

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica

XI EPG

Encontro Latino Americano
de Pós Graduação

VINIC Jr

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica Júnior

[www.conpedi.org.br/.../novos desafios gilson martins mendonca.pdf](http://www.conpedi.org.br/.../novos_desafios_gilson_martins_mendonca.pdf). Acesso em: 22 de fevereiro de 2011.

ROSA, Altair. **A Agenda 21 como Instrumento de Gestão Pública Democrática Participativa: A Experiência de Araucária/PR**. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_praticas/praticas_08.pdf. Acesso em: 22 de Fevereiro de 2011.

ROSSETTO, Adriana M.; ORTH, Dora Maria; ROSSETTO, Carlos Ricardo. **Gestão Ambiental Integrada ao Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo de Caso em Passo Fundo (Rs)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2011.

ROSSETTO, Adriana M.. **Proposta de um Sistema Integrado de Gestão do Ambiente Urbano (Sigau) para o Desenvolvimento Sustentável de Cidades**. Disponível em: <http://www.grupoge.ufsc.br/publica/adriana.pdf>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2011.